



Novos Cadernos NAEA

v. 27, n. 1 • jan-abr. 2024 • ISSN 1516-6481/2179-7536



ESTRATÉGIAS DE REPRODUÇÃO SOCIAL NAS ELITES PARAENSES: TRAJETÓRIAS SOCIAIS DO GRUPO DE PARENTESCO GAMA LOBO

**SOCIAL REPRODUCTION STRATEGIES
IN PARAENSE ELITES: SOCIAL TRAJECTORIES
OF THE GAMA LOBO KINSHIP GROUP**

Fábio Fonseca de Castro



Universidade Federal do Pará (UFPA), Belém, PA, Brasil

RESUMO

O artigo indaga sobre a forma social das elites amazônicas e sobre as peculiaridades de suas estratégias de reprodução social. Observam-se seis gerações um grupo de parentesco em seus diversos ramos familiares, identificando as trajetórias sociais que perfazem nos contextos ambientais e produtivos presentes no espaço amazônico. Metodologicamente, propõe-se uma sociologia histórica do parentesco. Parte-se da abordagem prosopográfica, estabelecendo um conjunto de indivíduos e busca-se perceber as constantes nas suas estratégias de reprodução social e as suas dinâmicas de formação de redes. Ao dialogar com a sociologia e a historiografia brasileiras que investigam o parentesco de elite, o artigo contribui para, num plano relacionado ao conteúdo, interpretar as peculiaridades das famílias amazônicas de elite e, num plano metodológico, introduzir o conceito de grupo de parentesco. Conclui-se que as trajetórias se organizam por meio de processos de diminuição de riscos e entraves à reprodução dos aparelhos sociais de elite.

Palavras-chave: parentesco; Amazônia; trajetórias sociais; elites; reprodução social.

ABSTRACT

The article inquires about the social form of Amazonian elites and the peculiarities of their social reproduction strategies. Six generations of a kinship group are observed in their different family branches, identifying the social trajectories they follow in the environmental and productive contexts present in the Amazonian space. Methodologically, a historical sociology of kinship is proposed. It starts from the prosopographic approach, establishing a group of individuals and seeking to understand the constants in their social reproduction strategies and their network formation dynamics. By dialoguing with Brazilian sociology and historiography, the article contributes to, on a content-related level, interpret the peculiarities of elite Amazonian families and, on a methodological level, introduce the concept of kinship group. It is concluded that trajectories are organized through processes of reducing risks and obstacles to the reproduction of elite social apparatuses.

Keywords: kinship; Amazon; social trajectories; elites; social reproduction.

1 INTRODUÇÃO

Este artigo busca compreender as formas sociais historicamente presentes em seis gerações de um grupo de parentesco das elites amazônicas e as peculiaridades de suas estratégias de reprodução econômica e política. Observam-se as trajetórias sociais presentes nesse processo, indagando sobre como elas se produzem a partir dos diferentes contextos ambientais e produtivos amazônicos e como, enquanto *network*, apoiam-se, ou conflitam, entre si. Não se trata de uma única família, mas de um grupo de diferentes famílias vinculadas por laços de parentesco, políticos e econômicos que se disseminam por diferentes ambientes produtivos amazônicos – Belém, Marajó, Baixo Tocantins, Baixo Amazonas Paraense, Nordeste do Pará, Manaus, Acre – e também fora da Amazônia, embora com vínculos produtivos ou políticos intensos com a região.

O referido grupo de parentesco tem seu ponto nodal na figura de um militar português, João da Gama Lobo, indivíduo pertencente à pequena nobreza do Reino (ANTTa, 2008), designado em 1772 a servir em um dos regimentos de infantaria do Estado do Grão-Pará e Maranhão (AHUa, 2022). Como outros militares em serviço na colônia, tornou-se proprietário fundiário, gestor público e comerciante. Foi sesmeiro, senhor de terras no Baixo Amazonas e comerciante de cacau. Por meio de suas duas uniões matrimoniais, estabeleceu alianças com diferentes setores das elites locais – primeiramente com o grupo de parentesco mais associado ao primeiro momento da colonização amazônica, proprietários de extensas áreas rurais e, em seguida, com o grupo de parentesco beneficiado pelas políticas pombalinas. Seus descendentes, em sua maioria por linhas femininas, juntamente com as demais famílias de elite com as quais estabeleceram alianças matrimoniais, políticas e econômicas, compõem um painel que acreditamos representativo da problemática aqui enunciada.

Partindo desse painel de relações sociais objetivamos, neste artigo, compreender e caracterizar os processos e estratégias de reprodução social desse grupo de parentesco, pensando-o como uma rede, uma *network*, de relações de poder. Adotando procedimentos da abordagem prosopográfica (Stone, 1971; Bulst, 2005; Charle, 2006; Olegário, 2017), buscamos compreender a constituição dessa rede a partir das suas estratégias de socialização (Simmel, 1983, 2006) baseadas na construção de alianças familiares e nas escolhas econômicas feitas no interior da rede. Nesse processo, buscamos pensar a família a partir da sua coerência sociativa, e o fazemos

com o propósito de transcender a explicações monolíticas a respeito da instituição familiar, como a que pensa a família enquanto unidade fechada em si mesma, patriarcal ou patrilinear.

A ideia de família aqui construída, assim, é a de rede de sociações, e chegamos a ela por meio de uma abordagem sociológico-fenomenológica (Schutz, 1967, 1970) indagando o que é a família de elite enquanto fenômeno social a partir da vivência de seus interagentes e prospecionada por meio das trajetórias de vida e da pragmática das suas escolhas numa dada formação econômico-social. Assim, compreendendo a família como uma instituição privilegiada para a produção do vínculo social e, conseqüentemente, como um dos instrumentos elementares da reprodução social, buscamos interpretá-la, em seus processos de mudança e de permanência, no contexto histórico do Grão-Pará.

Nossa questão de partida diz respeito à forma social das elites amazônicas e às peculiaridades de suas estratégias de reprodução social. Buscamos mapear a rede, ou sistema de parentesco que se desenvolve a partir de João da Gama Lobo, observando como os diferentes ramos da sua família desenvolvem trajetórias sociais específicas, adaptadas aos diferentes contextos ambientais e produtivos presentes no espaço amazônico e como produzem respostas aos grandes processos históricos vivenciados nessa região.

Percebemos como algumas trajetórias são mais eficientes, do ponto de vista da reprodução social, permitindo a construção de estratégias que diminuam os riscos e entraves à reprodução dos aparelhos de elite. Em consequência dessa observação, também percebemos a importância, para o sistema, da preservação, justamente, das suas condições operacionais sistêmicas, o que exige a disposição de dispositivos de preservação e de auto-organização associados às estratégias matrimoniais, educacionais-instrucionais, mnemônicas e identitárias e de autoprodução ideológica – todas elas conformadoras de um tecido intersubjetivo habilitado para de disseminar no tempo e no espaço.

A questão de fundo do artigo diz respeito à produção de estratégias da reprodução social de elite. Toda família visa à sua reprodução social, que se pode compreender como a conservação de meios, saberes, sensibilidades, técnicas e modos de produção no controle do próprio grupo de parentesco. Partindo dessa constatação, indagamos: quais padrões de sociação (padrões de produção de vínculos sociais) podem ser verificados na formação econômico-social das elites amazônicas? Como esses padrões se vinculam

aos diferentes modos de produção e reprodução social dessas elites? Como esses padrões produzem continuidades e renovações, perfazendo trajetórias sociais ao longo das diferentes gerações de famílias de elite?

O artigo está estruturado em cinco tópicos. Após esta Introdução, explicitamos os procedimentos metodológicos e os dispositivos conceituais utilizados. Em seguida, dispomos os dados da pesquisa. Posteriormente, refletimos a respeito da forma social das estratégias do grupo parentesco estudado no espaço amazônico. Concluímos o artigo com a sistematização de alguns elementos de ordem teórica e empírica produzidos pela pesquisa.

2 ASPECTOS METODOLÓGICOS E DISPOSITIVOS CONCEITUAIS

Necessário colocar, de início, que este artigo se desenvolve a partir de uma relação de proximidade e de intimidade com o objeto. Sendo o autor pertencente ao grupo de parentesco estudado, assinalamos termos partido de dados sistematizados pela memória familiar, seja ela oral, seja documental, que foram prospeccionados, posteriormente, através dos métodos aqui indicados e com o devido controle de viés e, para efeito de análise de dados, excluídos os elementos contraditórios ou duvidosos. Busca-se, neste trabalho, uma discussão produzida na forma de uma sociologia histórica do parentesco. Com esse fim, iniciamos o presente tópico explicitando as fontes e o tratamento dispensado a elas e prosseguimos indicando as perspectivas analíticas e os conceitos adotados. Também buscamos explicitar nossa perspectiva sobre o conceito de elite utilizando as noções de forma social, rede de parentesco e trajetória social.

A respeito das fontes, utilizamos quatro grupos de fontes primárias: a documentação pública, composta pela correspondência oficial entre o Estado do Grão-Pará e Maranhão e a Coroa¹, por cartas de sesmaria, alvarás e demais documentações oficiais²; inventários e testamentos³; registros de batismo, casamento e óbitos da igreja católica⁴; arquivos privados e memória

¹ Como se trata de um artigo de síntese, referimos de maneira geral os arquivos e fundos pesquisados na construção do projeto de pesquisa. No que tange à Correspondência de Estado, mencionamos os fundos do Arquivo Público do Estado do Pará e do Arquivo Ultramarino de Lisboa.

² Dentro da mesma lógica, referimos os fundos do Arquivo Público do Estado do Pará

³ Fundos do Arquivo da Cúria Metropolitana de Belém, do Bispado de Santarém e do Bispado do Marajó.

⁴ Fundos do Centro de Memória da Amazônia.

oral⁵. Em termos de fontes secundárias, há farto material jornalístico⁶ e um certo número de relatos genealógicos⁷ que apoiam a construção do trabalho.

Em termos de perspectivas analíticas, adotamos um procedimento estruturado genealógicamente. Primeiramente, estabelecemos o universo dos dados analisados. Selecionamos 851 indivíduos pertencentes às seis gerações iniciais de descendentes de João da Gama Lobo. A eles, somamos 527 cônjuges, perfazendo um universo de 1.377 indivíduos. O período coberto por essas seis gerações segue de 1772 a 1945, considerando o tempo de inserção social produtiva dos indivíduos pesquisados.

Efetivamente, consideramos que esse universo é uma mostra, e não um painel completo do sistema estudado, porque as informações sobre o parentesco se produzem de maneira incompleta e parcial, tanto pela memória oral como na documentação oficial, inclusive em função de conflitos entre narrativas. De todo modo, pensamos que se trata de um recorte importante, e mesmo quase completo, para efeito de validação do universo do sistema observado. Também importante referir a importância de incluir os cônjuges e suas famílias, nessa leitura, já que se objetiva compreender estratégias de sociação.

Feito esse recorte, sistematizamos os dados por meio da seguinte sequência de procedimentos: 1) coleta de informações biográficas a respeito dos indivíduos; 2) sistematização de uma estrutura genealógica por meio da qual identificamos as relações de parentesco existentes entre eles; 3) construção de quadros sinópticos, prosopográficos, por meio de planilhas, com o objetivo de identificar as variantes presentes nas diferentes trajetórias sociais dos ramos e sub-ramos pesquisados. Essas variantes foram as seguintes: a) aliança matrimonial, b) formação educacional e profissional, c) localização espacial das atividades produtivas, d) atividade produtiva, e) ocupação de postos e espaços públicos, e) filiação ideológica, política e partidária dos indivíduos.

Isto feito, procedemos a interpretação dos dados obtidos por meio da seguinte sequência de procedimentos: 1) buscamos perceber as constantes nas estratégias de reprodução social do universo pesquisado, considerando para isso a extensão temporal do recorte (6 gerações), a diversidade espacial da ação social dos indivíduos, suas afiliações políticas, suas estratégias

⁵ Fundos privados das famílias Castro, MacDowell, Chermont, Leitão da Cunha, Gama e Silva, Gama Malcher.

⁶ Fundos da Hemeroteca Digital da Fundação Biblioteca Nacional e Acervo da Biblioteca Pública Arthur Vianna.

⁷ Memória oral recolhida em depoimentos, ao autor, de diversos membros do grupo de parentesco.

matrimoniais e sua atuação profissional; 2) buscamos compreender as estratégias de formações de redes (*networks*) por meio da noção de sociação, indagando sobre em que medida as estratégias matrimoniais, de afiliação política, inserção em categorias profissionais ganham coerência, na pragmática social, e vão-se conformando como trajetórias sociais, ou percursos repetidos, como padrão relativamente estável ao longo das gerações.

Escolhemos utilizar a abordagem proposográfica e os estudos de rede, a *network analysis* (Wellman; Wetherell, 1996; Woefel; Murero, 2005; Domhoff, 2012), como ferramentas de apoio à nossa discussão, compreendendo que se trata de uma abordagem útil para destacar o contexto relacional da produção social do parentesco. Por tal contexto relacional entendemos a trajetória de construção e permanente reorganização dos papéis internos e externos dos indivíduos no grupo e em relação a outros grupos de parentesco e/ou instituições da vida social. Com esse instrumento, igualmente, buscamos apoiar nossa percepção da morfologia social dos papéis sociais e, assim, perceber como eles se articulam por meio da condição de parentesco em relação aos comportamentos, estratégias de articulação e produção e uso dos recursos disponíveis.

Com efeito, o conceito de rede tem ocupado um lugar importante nas ciências sociais e tem norteado diversos estudos sobre a família. Isso se dá ainda que, como afirma Piselli (2003), prevaleça, nas ciências sociais, uma imagem de “rede social” fundamentalmente metafórica, sem especificação “das propriedades morfológicas e interacionais das redes sociais e sem as relacionar com o comportamento dos indivíduos dentro delas” (Piselli, 2003, p. 460).

Justamente com essa preocupação é que construímos nossa abordagem da *network analysis* buscando pensá-la a partir de Simmel (1983, 2006), como dinâmica de sociação, assim destacando formas sociais que o parentesco toma, num dado contexto histórico e num dado recorte temporal.

Por fim, é importante esclarecer as terminologias analíticas utilizadas. Fazemos uso de uma terminologia que inclui as noções de *ramos*, *sub-ramos*, *trajetórias sociais*, *grupo de parentesco*, *redes sociais* e *forma social*. Ramos ou sub-ramos familiares podem ser compreendidos como redes mais estreitas de parentesco⁸. Trajetória social, por sua vez, é um termo que adaptamos da reflexão de Costa (2018), a respeito dos padrões econômicos das populações

⁸ Por exemplo, o ramo Gama Malcher inclui um sub-ramo nitidamente urbano que se identifica por meio desse patronímico, outro nitidamente rural que também se identifica com o patronímico e outro, igualmente rural, mas em “linha feminina” e que atende por outro patronímico. Da mesma forma, o ramo Gama e Silva possui os sub-ramos Leitão da Cunha e Souza Franco, por exemplo. Usamos esses designativos para melhor explicitar as engrenagens das redes de sociação entre os indivíduos do grupo.

do meio rural amazônico, utilizando-o, aqui, como padrão de comportamento e de estratégia de reprodução social. O conceito de família resta problemático, porque conota uma carga moral centrada na ideia de afetos. Por essa razão preferimos falar em grupos de parentesco ou redes sociais.

Quando utilizamos a expressão forma social desejamos adotar uma perspectiva fenomenológica, que pensa o parentesco a partir da sua vivência e que, assim, ao menos na cultura familiar brasileira, não distingue, excessivamente, as vias masculinas das femininas. Percebemos, por exemplo, que um indivíduo que assine Ferrão da Costa, possui vínculos familiares, também, com sua família materna – no caso Gama da Silveira – inclusive porque é por meio dela que acede ao sistema social do qual fará uso, grandemente, ao longo da sua vida. Desse modo, evitamos a compreensão de que família consiste, exclusivamente, no grupo social que partilha o mesmo sobrenome e que considera que formas sociais distintas constituem grupos diferentes, isolados ou de plena alteridade. Cremos que é importante pensar dessa forma para alcançar a compreensão de rede social, que é, fenomenologicamente, como um indivíduo tende a se situar no plano das suas conexões familiares, aqui estando presentes não apenas a dimensão útil dos vínculos de parentesco, mas toda a carga afetiva, moral, ideológica, política presente nas suas escolhas e pressões de socialização.

Forma social, assim, em primeira instância, é a designação-nome, na sua função de identidade e de dispositivo de aliança social. Para além dessa dimensão, é a maneira como o nome passa a agenciar uma rede afetiva ou pragmática presente na reprodução social, mas neste trabalho nos concentramos na dimensão mais imediata.

Nosso trabalho dialoga com esse referencial com a preocupação de compreender “família” enquanto “grupo de parentesco” e riqueza, patrimônio ou posição social enquanto “trajetória social” para, dessa maneira, transcender o que acreditamos ser uma carga metafísica excessiva a revestir aquelas noções e, talvez, construir um olhar fenomenológico para o processo social.

3 ANÁLISE DOS DADOS

Neste tópico sistematizamos os resultados de nossa observação buscando compreender as estratégias de reprodução social dos ramos e sub-ramos dos descendentes de João da Gama Lobo. A partir dele, estabeleceram-se sete ramos familiares – Gama Bentes, Castro da Gama, Gama da Silveira, Gama Malcher, Pereira da Gama Lobo, Gama e Silva e

Gama e Abreu. Esses ramos produzirão sub-ramos, que, tanto por linhas masculinas como por femininas, preservarão ou não os referenciais iniciais de nome, assim surgindo novas formas sociais de parentesco, que aqui tratamos como sub-ramos, como Lobo Bentes, Áusier Bentes, Áusier Lobato, Gama e Costa, Lobo de Castro, Souza Castro, Lobato de Castro, Castro Martins, Penna e Costa, Nabuco de Araújo, Leitão da Cunha, MacDowell, Souza Franco, Collares, Morais Sarmiento, Chermont, Ferrão da Costa, Calandrini de Azevedo, Lyra Lobato, Ferreira Celso, Pombo Brício, de La-Rocque, Catete, Piñon, Borrvalho etc.

Organizamos a descrição a partir da forma social do nome tomada por cada ramo do grupo de parentesco e, dentro de cada ramo abordamos as estratégias de reprodução social de seus sub-ramos. Buscamos apresentar os dados da pesquisa por meio da seguinte sequência descritiva-analítica: a) descrição geral do ramo e os sub-ramos; b) descrição das estratégias gerais de sociação, notadamente as alianças matrimoniais, políticas e relação com outros ramos e campos sociais das elites; c) descrição sintética dos indivíduos que mais agregaram poder social em cada ramo e geração; e d) descrição sucinta das formas sociais e das trajetórias adotadas.

3.1 O RAMO GAMA BENTES

3.1.1 Descrição geral do ramo e os sub-ramos

Joanna Paula da Gama Lobo d'Anvers, a filha mais velha de João da Gama Lobo, desposou um sesmeiro do Baixo Amazonas, Manuel Ferreira Bentes, proprietário de terras em Óbidos e Alenquer, iniciando o ramo Gama Bentes. Há três sub-ramos em linha masculina, os dois primeiros, provenientes dos filhos desse casal, Manuel e José da Gama Bentes, associados ao Baixo Amazonas paraense e desenvolvendo atividades rurais em linhas que chegam aos dias atuais (2022). O terceiro sub-ramo, proveniente de outro filho, João da Gama Bentes, indivíduo que fez importante carreira militar, tornou-se um grupo familiar urbano, com a maioria de seus descendentes passando ao Rio de Janeiro. Pelas linhas femininas, a partir das irmãs Sancha e Maria da Gama Bentes, ambas unidas por casamento à família Áusier, igualmente proprietária fundiária, surgiram os sub-ramos Áusier Bentes e Áusier Lobato. Vinculados também ao Baixo Amazonas paraense e à pecuária, estes sub-ramos também se farão presentes em Belém e no Marajó, geralmente desenvolvendo atividades relacionadas à pecuária ou a navegação fluvial – muitas vezes relacionada ao transporte de reses.

3.1.2 Descrição das estratégias gerais de sociação, notadamente as alianças matrimoniais, políticas e relação com outros ramos e campos sociais das elites

O padrão de sociação do ramo tem um perfil conservador, muito comum à trajetória social associada à atividade fundiária relacionada à pecuária. Nesse sentido, há uma tendência forte às sociações internas ao grupo ou ao tecido social próximo, o que se expressa em termos de uniões endogâmicas e alianças com grupos de parentesco também associados à atividade pecuária. No século XIX o ramo teve participação importante no Partido Conservador e, na República Velha, foi um baluarte importante do laurismo⁹ no Baixo Amazonas, inclusive fazendo um governador do Pará, Dionísio Áusier Bentes. Importante observar que a passagem do espectro conservador ao laurismo, nitidamente liberal – embora também positivista –, constitui um processo que foi observado em todos os ramos da família. Os Gama Bentes mantiveram uma tendência de articulação social com as elites dessa região paraense, notadamente com os Áusier, Printes, Paes de Andrade e Ferreira.

3.1.3 Descrição das formas sociais e das trajetórias adotadas

Há duas trajetórias sociais centrais no ramo dos Gama Bentes: a associada à pecuária no Baixo Amazonas, em campos abertos naturais, com extensões associadas à atividade comercial por aviamento¹⁰ e a associada à conformação de uma classe média privilegiada urbana. A primeira delas envolve a propriedade de extensas fazendas, a participação na Guarda

⁹ Laurismo foi um movimento político republicano e desenvolvimentista liderado por republicanos históricos paraenses. Deve seu nome a Lauro Sodré, militar positivista paraense, principal liderança desse movimento, que foi o primeiro governador do Pará republicano (1889) e, em seguida, senador pelo Pará (1897, 1912 e 1922) e pelo Distrito Federal (1902), candidato derrotado à presidência da República pelo Partido Republicano Federal em 1898 e novamente governador do Pará (1917). Usamos o termo desenvolvimentismo para caracterizar o laurismo compreendendo o caráter de defesa da diversidade produtiva paraense contra a monocultura da borracha e um forte investimento público estadual em infraestrutura, qualificação da mão de obra e educação.

¹⁰ Entende-se por aviamento o padrão de trocas comerciais centrado na relação crédito/dívida e que atravessa todo o sistema produtivo da Amazônia. Compreende-se que seja um sistema de trocas presente no espaço amazônico desde a colonização e que perdura em nossos dias, com grande impacto nas relações sociais, mas a forma que tomou, durante o ciclo da borracha, se tornou a mais conhecida e dramática. Como explicita Reis (1953), a respeito do funcionamento do sistema na economia da borracha, as casas aviadoras forneciam alimentos, roupas e utensílios aos seringais, recebendo em troca a sua produção de borracha, que repassava às casas exportadoras, ou mesmo a firmas intermediárias, num ciclo de dependência que impedia a internalização da renda na região (Santos, 1980).

Nacional como estrutura simbólica do poder e incontáveis participações políticas em vereanças e prefeituras de municípios paraenses, na Assembleia Provincial/Estadual e mesmo no governo do Pará. A segunda trajetória estabelece um padrão que encontraremos em outros ramos desse grupo de parentesco: carreira militar de linha no Exército, emprego público, atividade profissional intelectual. Os três sub-ramos associados à primeira trajetória produziu uma quantidade notável de criadores de gado bovino (encontramos registros de 38 fazendas de gado de propriedade dos sub-ramos) e, por extensão, uma importante presença na vida política e social do Baixo Amazonas paraense.

3.2 O RAMO GAMA DA SILVEIRA

3.2.1 Descrição geral do ramo e os sub-ramos

Trata-se de um ramo centrado na ilha de Marajó, com relações econômicas e sociais com a capital paraense. Tem início com João da Gama Lobo d'Anvers (Santarém, 1778 – Belém, 1854), militar de linha do 1º regimento de infantaria, destacado a servir em Marajó, onde desposou Rosa Romualda da Silveira Frade e Seixas (n. Cachoeira do Arary-PA, 1803 – Belém, 1879), pertencente ao grupo de parentesco fundador do criatório marajoara, em 1680. Em Marajó, teve proeminência na organização das forças de infantaria e cavalaria e foi conselheiro do presidente provincial Lobo de Souza. Nas gerações pesquisadas, e mesmo em nossos dias, o ramo tende a prosseguir no Marajó, sempre desenvolvendo atividades relacionadas à pecuária extensiva. Na primeira metade do século XX, em função das divisões da propriedade e da pouca área de expansão do criatório bovino-bubalino, as atividades econômicas do ramo entraram em decadência.

3.2.2 Descrição das estratégias gerais de sociação, notadamente as alianças matrimoniais, políticas e relação com outros ramos e campos sociais das elites

Seguindo um padrão muito comum no Marajó, a grande maioria das uniões matrimoniais havidas nesse ramo foi endogâmica ou endogâmica estendida – as uniões dentro de um grupo de parentesco mais amplo. Destacam-se, no ramo, as uniões com a família Calandrini, pertencente a

esse grupo extenso de parentesco marajoara que inclui os Silveira Frade e os Pereira Lima - dentre outras famílias -, estes últimos associados aos Gama Lobo, também, pelo casamento de Nicolau da Gama Lobo. Na segunda geração, o ramo produziu importante apoio da defesa da “legalidade”, contra as forças cabanas. Não obstante, desde que Souza Franco presidiu a província, articulou-se com o Partido Liberal e, com a república, apoiou o laurismo. Não houve, no ramo, uma perspectiva de poder provincial, ou regional, e seus esforços políticos e econômicos tenderam a voltar-se para os ambientes produtivos da Ilha do Marajó – o ecossistema dos “campos” e o das “matas”.

3.2.3 Descrição das formas sociais e das trajetórias adotadas

A trajetória social do ramo foi bastante centralizada no modo de produção rural e extensionista característico do criatório marajoara. Centrados no ambiente rural e feudal do Marajó, os indivíduos pertencentes ao ramo mantiveram um percurso que permitiu poucas aberturas para o ambiente urbano e/ou para outras variações. Do ponto de vista estritamente econômico, o ramo colapsou a partir da geração 5, distanciando-se parcialmente da atividade fundiária e disseminando-se por outros municípios dos rios Pará e Tocantins. Interessante observar a tendência de acumulação de capital, nessa trajetória, na forma de bens imóveis: seja em estoque de terras, seja na forma de bens imóveis em Belém ou outras cidades paraenses.

3.3 O RAMO CASTRO DA GAMA

3.3.1 Descrição geral do ramo e os sub-ramos

Francisca de Paula da Gama Lobo d’Anvers, a filha seguinte, foi casada com o militar Agostinho Brandão de Castro, coronel de infantaria, também pecuarista, cacaualista no Trombetas e comerciante em Santarém e Belém. Eles formam um ramo extenso, como diversos sub-ramos – Gama e Castro, Lobo de Castro, Lobato de Castro, Souza Castro, Castro Martins, Leal Martins, Gama e Costa, Penna e Costa, MacDowell, Nabuco de Araújo e Nabuco de Abreu. O ramo tende a se concentrar em Belém, mas com presença também em outras cidades paraenses, notadamente Monte Alegre, Igarapé-Miry, Abaetetuba e Cametá, além da Capital Federal.

3.3.2 Descrição das estratégias gerais de socição, notadamente as alianças matrimoniais, políticas e relação com outros ramos e campos sociais das elites

Considerando a extensão do ramo, há uma diversidade de estratégias. Houve forte endogamia em três sub-ramos (Castro e Gama, Lobo de Castro e Castro Martins) e uma tendência à endogamia estendida dentre aqueles que se concentraram em Belém e fizeram parte das elites urbanas dessa cidade. Seguindo a tendência familiar, a maior parte dos indivíduos esteve politicamente próxima ao Partido Liberal e em seguida ao laurismo, com exceção dos sub-ramos Lobato de Castro, Souza Castro, Gama e Costa e Gama MacDowell, que ingressaram no Partido Conservador, durante o século XIX, mas que também rumaram em direção ao laurismo, com a República, inclusive tornando-se lideranças centrais desse movimento político e elegendando um governador do Pará, Antonino Emiliano de Souza Castro Filho.

3.3.3 Descrição das formas sociais e das trajetórias adotadas

Ao contrário dos dois ramos anteriores, que possuem centralidades territoriais muito específicas, neste terceiro ramo do grupo de parentesco há uma grande complexidade, traduzida em termos de trajetórias. Primeiramente há, também, a presença da trajetória militar/atividade fundiária, que dura da segunda à quinta geração em alguns sub-ramos e que, em outros, converte-se no comércio ou em atividade profissional liberal. Também se pode referir uma forte adesão dos indivíduos do ramo às carreiras de Estado. Na geração 6 se observa, em alguns sub-ramos, uma presença no setor financeiro e industrial, mas também, no caso daqueles que permaneceram em Belém, notadamente no contexto da crise da borracha (1912-1920), uma ágil transformação do antigo capital fundiário ou comercial em patrimônio imobiliário urbano.

3.4 O RAMO GAMA MALCHER

3.4.1 Descrição geral do ramo e os sub-ramos

Maria do Carmo da Gama Lobo (Santarém-PA, 1779 – Belém, 1855) foi casada com Aniceto Francisco Malcher (fal. Monte Alegre-PA, 1831), militar e pecuarista no Trombetas. Deles descendem os Gama Malcher e, pelos ramos femininos, os Malcher Cunha, Serzedello, Nina Ribeiro, Faria Vivas, Piñon,

Catete, Borralho e vários outros. Este ramo dos Gama Lobo apresentou dois grandes padrões de reprodução social: o sub-ramo primogênito, proveniente de Antônio José da Gama Malcher, tal como os sub-ramos provenientes das linhas femininas, herdaram a sesmaria Gama Lobo, deixaram-se permanecer no Baixo Amazonas, perfazendo uma trajetória social centrada no capital fundiário. Já o ramo secundogênito, centrado em Belém, foi iniciado por José da Gama Malcher, médico formado pela Faculdade de Medicina da Bahia e político dos mais importantes no Pará da segunda metade do século XIX, líder do Partido Liberal, presidente da Câmara de vereadores Belém e vice-presidente do Grão-Pará. Posteriormente, alguns membros do ramo primogênito também se instalaram em Belém, deles descendendo José Carneiro da Gama Malcher, que também teve grande destaque na vida política paraense, sendo interventor federal do governo do estado entre 1935 e 1943. A integralidade do ramo foi historicamente vinculada ao Partido Liberal e, em seguida, ao movimento laurista, constituindo forte liderança política em toda a história do Pará.

3.4.2 Descrição das estratégias gerais de sociação, notadamente as alianças matrimoniais, políticas e relação com outros ramos e campos sociais das elites

O ramo Gama Malcher adotou estratégias de reprodução de laços de consanguinidade durante todas as seis gerações analisadas na pesquisa. Cabe notar que o ramo surge da união de uma filha de João da Gama Lobo com o filho mais velho de Félix Antônio Clemente Malcher, cunhado de João da Gama Lobo pela via de seu segundo casamento. Dos sete filhos desse casal, três, significativamente os três mais velhos, foram unidos a primos-irmãos: Antônio José da Gama Malcher a Catharina Maximina da Gama Lobo, José da Gama Malcher a Anna Cândida da Gama e Silva e Anastácia Josefa da Gama Malcher a João Luiz de Castro da Gama. Esse padrão se repete nas gerações seguintes, inclusive com uniões com os Malcher que não eram Gama, mas abre-se espaço, também, para uniões com outros grupos de parentesco das elites paraenses, cabendo notar que alguns desses grupos, notadamente os Chermont, os Pombo, os de La Rocque, os Costa e os Danin estarão unidos, durante três gerações, aos Gama Malcher, Gama e Silva e Gama e Abreu, conformando uma rede muito específica de relações de parentesco que, efetivamente, centralizou e mesmo tipificou, entre 1890 e 1940, a elite belemense.

3.4.2 Descrição das formas sociais e das trajetórias adotadas

Como referimos, há uma forte dualidade no ramo: linhas que seguem o padrão militar/capital fundiário e que permanecem nesse padrão ao longo das seis gerações estudadas e linhas que seguem o padrão urbano, com presença em atividades profissionais liberais e nas carreiras de Estado. Curiosamente, é relativamente pequena, nesse extenso ramo, a atividade comercial.

3.5 O RAMO PEREIRA DA GAMA LOBO

3.5.1 Descrição geral do ramo e os sub-ramos

Nicolau da Gama Lobo, outro filho de João da Gama Lobo, militar e fazendeiro no Trombetas, foi casado com Maria do Carmo Pereira Lima, de importante família de pecuaristas do Marajó, prima da esposa de seu irmão mais velho, João da Gama Lobo d'Anvers. Deles, descendem Gamas Lobo e, nos ramos femininos, parte dos Borralho e Gonçalves Campos. Trata-se de um ramo particularmente afetado pela guerra civil de 1835-40, a Cabanagem, onde pereceram o próprio Nicolau e três de seus filhos. Os subsistentes tiveram um papel destacado nas sociedades brasileira e portuguesa.

3.5.2 Descrição das estratégias gerais de sociação, notadamente as alianças matrimoniais, políticas e relação com outros ramos e campos sociais das elites

Observa-se certo nível de endogamia e endogamia estendida. Dentre os descendentes que permaneceram no Brasil, houve, desde a geração 4, uma tendência de transformação do capital fundiário em capital imobiliário. Dentre os descendentes que se estabeleceram em Portugal, houve uma tendência de adesão às carreiras profissionais liberais. No Brasil, o ramo seguiu integralmente as fileiras liberais, mas sem maior envolvimento com a atividade política.

3.5.3 Descrição das formas sociais e das trajetórias adotadas

A trajetória social do ramo seria a do clássico modelo rural paraense assentado no criatório bovino, numa associação entre o espaço marajoara e o espaço dos campos do Baixo Amazonas, mas esse percurso, com exceção

dos descendentes associados ao ramo Gama Malcher, foi interrompido pela Cabanagem e as trajetórias se dispersaram em dois modelos: o do alto serviço público nacional, com os Gama Gonçalves Campos e a do serviço profissional liberal, iniciado pelo médico Manoel da Gama Lobo radicado em Portugal.

3.6 O RAMO GAMA E SILVA

3.6.1 Descrição geral do ramo e os sub-ramos

Maurícia Josepha Michaela Malcher da Gama Lobo casada com José Joaquim da Silva, capitão de fragatas da Armada portuguesa e, em seguida, também da brasileira, gerou o ramo dos Gama e Silva e, por via feminina, os Souza Franco, Campbell, Collares, Leitão da Cunha, Rodrigues Pereira, Chermont, Lisboa, Nova Friburgo e vários outros. Há uma imensa diversidade social nesse ramo, concentrado na cidade de Belém, com vínculos importantes na sociedade nacional brasileira a partir da Capital Federal. A partir da geração 5 os vínculos com o Rio de Janeiro se tornam mais sólidos.

3.6.2 Descrição das estratégias gerais de sociação, notadamente as alianças matrimoniais, políticas e relação com outros ramos e campos sociais das elites

Como se trata de um ramo muito extenso, há grande diversidade de trajetórias e uma centralidade urbana. É de pouca monta o volume de uniões endogâmicas, mas muito vasta a quantidade de uniões endogâmicas estendidas, por meio das quais os Gama e Silva se articulam com toda a elite urbana paraense e, posteriormente, com setores importantes das elites nacionais. Em relação à adesão política, observa-se uma maioria de indivíduos próximas ao Partido Liberal, com postos de liderança nesse partido e, dentre os indivíduos que permaneceram no Pará, adesão ao laurismo.

3.6.3 Descrição das formas sociais e das trajetórias adotadas

O ramo Gama e Silva se caracteriza, em relação aos demais ramos da família, por não partir de uma capital fundiário. Não obstante ser essa a principal fonte de prestígio social e de riqueza, no Brasil, até o século XIX – e observando-se que o sub-ramo Leitão da Cunha se associou a famílias paraenses vinculadas ao criatório bovino marajoara e a famílias cariocas

historicamente relacionadas à cafeicultura – o ramo construiu seu capital social a partir de importantes relações com o Estado e com a máquina pública. Além de postos nos segmentos mais prestigiosas – Alfândega, Fazenda, diplomacia – também houve uma presença importante no sistema judiciário e político. O prestígio arrecadado pelo visconde de Souza Franco, pelo barão de Mamoré e pelo conde de Nova Friburgo, que tiveram trajetórias peculiares na vida política e econômica brasileira, foram transformados em capital simbólico e social de grande monta para as gerações seguintes.

Em termos de trajetória estrategicamente constituída, o notável, neste ramo, é a capacidade em produzir uma presença constante nos círculos sociais das camadas dominantes da sociedade brasileira a partir da exitosa inserção das primeiras gerações nesses extratos. Igualmente importante destacar a projeção e inserção nacional, buscada desde a segunda geração. O resultado é o fato de que a maioria dos indivíduos pertencentes às gerações 5 e 6 se encontra deslocado de Belém e estabelecido definitivamente no Rio de Janeiro, num movimento que se assinala desde a geração 4. Provavelmente teria sido impossível preservar as posições sociais obtidas nas elites nacionais caso houvessem permanecido na província do norte.

3.7 O RAMO GAMA E ABREU

3.7.1 Descrição geral do ramo e os sub-ramos

Anastácia Michaela Josepha da Gama Lobo, por fim, foi casada com João Coelho d'Abreu, oficial da Armada portuguesa e depois do exército brasileiro e, ainda, comerciante. Esse casal gerou o ramo Gama e Abreu, que embora menos extenso que outros ramos da rede, teve papel importante na vida política, econômica e social do Grão-Pará. Houve um único descendente na geração 3, José Coelho da Gama e Abreu (Belém, 1832 – Lisboa, 1906), barão de Marajó, indivíduo particularmente bem aquinhoado com as heranças materna e paterna, bem formado e muito articulado na vida social, que se constituiu como um dos elementos catalizadores das estratégias familiares e mesmo da vida social das elites de Belém na segunda metade do século XIX. Gama e Abreu desposou Maria Pombo Brício (Belém, 1837 – Belém, 1867), descendente por sua mãe, das importantes famílias Henriques e Pombo e, por parte de seu pai, de família britânica instalada no Grão-Pará e no Maranhão.

Seus descendentes são diversos nas gerações 4, 5 e 6. Seus sete filhos estabeleceram sociações com os grupos de parentesco Malcher Cunha

(não descendente dos Gama Malcher), de La Rocque, Danin – 2 vezes – Chermont e Capper, todos eles conceituados e bem inseridos na economia paraense do ciclo da borracha. Na geração seguinte, o ramo prosseguiu uma política de sociações com famílias do mesmo escopo social, numa estratégia principalmente belemense que acabou por produzir, a partir da estagnação econômica dos anos 1930-40, um movimento de migração em direção da Capital Federal – onde, nas gerações 5 e 6, continuou estabelecendo, prioritariamente, alianças com famílias paraenses de elite, também ali estabelecidas.

3.7.2 Descrição das estratégias gerais de sociação, notadamente as alianças matrimoniais, políticas e relação com outros ramos e campos sociais das elites

O percurso do ramo é similar ao dos Gama e Silva: distante do patrimônio fundiário, urbano, e com forte tendência à endogamia extensiva. O ramo articulou-se, tal como aquele, às principais famílias das elites paraenses, notadamente ao velho capital fundiário (Pombo, Danin, Cardoso, Brício, Chermont) e aos grupos associados ao capital mercantil da borracha (de La Rocque, Costa). Igualmente, foi importante a sua adesão ao Partido Liberal e ao laurismo.

3.7.3 Descrição das formas sociais e das trajetórias adotadas

A forma social básica do ramo é a do capital mercantil associado a um posto militar e que se converteu em importante capital imobiliário, associado ao capital financeiro, tudo isso ampliado pela economia da borracha e, nas gerações 4 e 5, a herdeiros de capital fundiário urbano, igualmente. A geração 6 produziu um movimento de transferência de capital para o Rio de Janeiro e iniciou um processo de dispersão da riqueza familiar – embora não necessariamente de seu capital social. Nas gerações seguintes vai-se observar uma tendência de compensar a perda do poder econômico por postos de prestígio no serviço público da República: diplomacia, cátedras universitárias e cargos, concursados ou comissionados, no serviço público federal de alta patente, notadamente nas pastas ministeriais da gestão e da fazenda.

4 DISCUSSÃO

A questão colocada em discussão neste artigo diz respeito à organização de estratégias da reprodução social de elite, no caso do grupo de parentesco Gama Lobo. Buscamos compreender a constituição de suas trajetórias sociais, entendendo por tal a continuidade e a variação no percurso das suas estratégias de reprodução social.

No grupo de parentesco Gama Lobo, essa trajetória perfaz um percurso geral, comum a todos os ramos e sub-ramos e que passa a ter variações conforme a cena social e o ambiente geracional, garantindo as estratégias de manutenção da reprodução social. Esse percurso geral, que é também o percurso mais comum das elites amazônicas, é formado pela passagem da posição de um posto militar para a de proprietário fundiário. É a estratégia de reprodução social básica, perceptível nas gerações 1 e 2 do grupo de parentesco no que tange a seus representantes masculinos e a três dos cinco ramos femininos. Não apenas é o percurso social feito por João da Gama Lobo como também por seus filhos e três genros e é a estratégia que norteia, que dá consequência, às alianças matrimoniais dessas gerações. Inclusive, as duas uniões matrimoniais desse indivíduo seguiram esse modelo. Com exceção das suas filhas mais novas, as uniões matrimoniais de seus filhos e filhas reproduziram também a estratégia: sua filha Joanna Paula desposou um proprietário fundiário no Baixo Amazonas, o seu primo, Manoel Ferreira Bentes, que era filho de militares que tornaram-se sesmeiros; sua filha Francisca desposou Agostinho Brandão de Castro, militar e, igualmente, sesmeiro; sua filha Maria do Carmo desposou Aniceto Francisco Malcher, filho de proprietário fundiário e neto de militar; seus filhos João e Nicolau desposaram Rosa Romualda da Silveira Frade e Seixas e Maria do Carmo Pereira Lima, respectivamente, primas entre si, herdeiras de famílias proprietárias de terras na ilha do Marajó.

Já as duas filhas mais novas, como observamos acima, Maurícia Josepha e Anastácia Michaella, desposaram, por sua vez, militares portugueses que não possuíam e não possuíram, de maneira significativa, capital fundiário, respectivamente o capitão de fragatas da Armada portuguesa – e depois brasileira – José Joaquim da Silva e o capitão de linha, posteriormente comerciante, João Coelho d’Abreu.

É preciso dizer que a lógica econômica do padrão *posto militar / propriedade fundiária* está na tentativa de consolidar o patrimônio espúrio geralmente obtido com a função militar – uma posição que, muito mais do

que o soldo ou a possibilidade de receber favores da Coroa contra serviços prestados, poderia garantir o direito à violência – na forma de apropriação de bens e do trabalho das populações autóctones. Certo que no final do século XVIII e começo do XIX já se está bem distante do período inicial da conquista da Amazônia, de fraca regulamentação formal e de fraca regulação sistêmica dos seus fundamentos produtivos (Costa, 2018), a sociedade de *preação*, na qual os militares exerciam um poder não controlado de apropriação de pessoas e bens, mas, de todo modo, esse fundamento produtivo centrado da espoliação ainda se faz presente – notadamente no período entre 1778 e 1822, ou seja, a partir do final da “Era Pombalina”, caracterizado pela gradual ruptura da malha regulamentadora dos princípios produtivos e pela fraca regulação dos meios de circulação do capital (Costa, 2018).

Em síntese, João da Gama Lobo fundamentou sua riqueza em certo *direito à preação* garantido por seu prestígio militar e consolidado por seu posto de “diretor”, na vigência do Diretório dos Índios, de uma antiga missão jesuítica e consolidou-a em termos de propriedades territoriais no Baixo Amazonas. O que produzia nessas terras? Ao que consta, mantinha nelas um criatório bovino e, num padrão de manejo, extraía de suas terras cacau bravo e outros produtos. O gado, o comercializava em Óbidos e Santarém, mas o cacau e os demais produtos extrativos eram destinados ao mercado de Belém, de onde seriam exportados. Sendo ele o personagem “fundador” da memória familiar, esta produz, a seu respeito, uma imagem relativamente clara, quando a comparada a outros membros da família, e essa imagem aparece firmemente gravada como a de um sujeito que “fazia de tudo”: além da função militar e de gestor de Diretório, havia a pecuária, o extrativismo e o transporte e comércio do produto – transporte de produtos que, na Amazônia, sempre foi todo um complexo setor produtivo.

Esse padrão também é observado na geração seguinte, como dissemos; mas, a partir da geração 3, vê-se o início de certa especialização do capital fundiário e comercial na Amazônia. A atividade pecuária, por exemplo, antes associada ao grande extrativismo – ou, no caso do Baixo Amazonas, subordinada a este – vai se distanciar e se consolidar como atividade de parte inteira, em modelo similar ao do criatório bovino da Ilha do Marajó, existente desde 1680 e já plenamente consolidado (Nunes Pereira, 1956). Esse processo ocorre no período entre 1790 e 1823 e é nítido após esse ano.

Na geração 3 a atividade pecuária torna-se dominante nos ramos Gama Bentes, Gama da Silveira e Gama Malcher, decadente no ramo Pereira da Gama Lobo, em função da Cabanagem e a atividade extrativista do cacau

prosegue apenas no ramo Castro da Gama. Nas gerações seguintes pode-se observar uma tendência de continuidade da dedicação da família à pecuária, nos referidos ramos, mas uma interrupção da dedicação ao extrativismo de larga escala. Isso se dá num contexto de queda na produção cacaueteira do Pará e de crescimento exponencial do cultivo da borracha (Santos, 1980). Interessante observar que, em geral, os membros do grupo não se dedicaram, efetivamente, ao extrativismo seringueiro, mesmo quando ele representava a principal riqueza da Amazônia. Isso não quer dizer que alguns indivíduos não possuíssem seringais, ou que não obtiveram lucros com atividades comerciais relacionadas à seringa, mas, apenas, que não fizeram da borracha a sua dedicação principal – tal como outros grupos de parentesco das elites amazônicas (Cancela, 2006). Efetivamente, o capital da borracha produziu novas etapas nas trajetórias produtivas dos Gama, fazendo com que boa parte dos investimentos do ramo Castro da Gama, por exemplo, se deslocassem da atividade cacaueteira para atividades comerciais.

As atividades relacionadas ao comércio, em seu amplo espectro – aviação, importação e exportação, marchanteria, grosso e varejo, comércio de gêneros extrativos, casas bancárias e seguradoras, bens de consumo, alimentação etc. – ocuparam 65 indivíduos do grupo de parentesco nas seis gerações estudadas. Buscando identificar um padrão na atividade comercial desses indivíduos percebemos alguns elementos de especialização que tomam forma após a Cabanagem: uma especialização no transporte fluvial de gado para a comercialização e/ou abate; outra no comércio de varejo, tanto em Belém como em municípios do interior do Pará; outra no setor exportador e, por fim, o aviação. Dentre outros padrões da atividade comercial, estes quatro receberam algum destaque no grupo de parentesco.

Já em termos de atividade industrial, percebemos um percurso no campo da armação naval de pequena monta – embarcações para o transporte fluvial regional de carga – e, nas gerações 5 e 6, largo deslocamento do antigo capital comercial e/ou fundiário em direção ao setor financeiro. Também nesse campo, deve-se arrolar o investimento em maquinário de engenhos de cana, atividade que encontramos em dois sub-ramos: Lobato de Castro, no Marajó e Gama e Costa, em Abaetetuba.

Também as atividades de transporte de *commodities* se distanciam do comércio e se especializam entre as gerações. Porém, isso se dá mais no escalonamento da produção que no seu formato geral, caracterizado pela diversidade de produtos. No escalonamento, porque alguns comerciantes se especializam no transporte de produtos de curta distância – por exemplo,

entre as vilas e campos da margem direita e esquerda do rio Amazonas, ou entre as vilas do rio Pará, no sul do Marajó, e as vilas do baixo rio Tocantins, ou, ainda, entre Cametá e seus arredores. Em relação ao formato, percebe-se a lenta constituição do sistema de aviamento no formato que o consagra, o da economia da borracha, por meio do qual as embarcações de transporte de *commodities* tornam-se verdadeiras casas comerciais, perfazendo o movimento de, a um tempo, escoar a produção do interior da Amazônia em direção a Belém, e, a outro, abastecer o interior com os gêneros adquiridos em Belém, tudo isso através de intrincado sistema creditício.

Na geração 3 vemos diversos indivíduos do grupo de parentesco se dedicando, também, a esses modelos comerciais, tanto na pequena escala, como no aviamento e, ainda, no que concerne à especialização das atividades comerciais. Porém, nessa geração surgem duas novas dinâmicas de reprodução social, adotadas por membros do grupo e por diversos representantes das elites amazônicas: o distanciamento da atividade produtiva relacionada à terra e ao comércio para a dedicação às carreiras de Estado, o serviço público, que começou a se constituir de maneira mais aberta aos nascidos na colônia com a instituição do Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarve, em 1815. Dentre os postos públicos que dispensavam a exigência de formação profissional e excetuando-se as carreiras militares, havia três carreiras prestigiosas nas quais diversos membros do grupo, em todos os ramos, irão ingressar, inclusive em sucessivas gerações, em postos que passavam de pai para filho ou sobrinhos: oficiais dos serviços alfandegários, dos serviços fazendários, professores tanto no ensino formativo como no ensino superior e servidores da diplomacia. Com efeito, contabiliza-se 153 indivíduos integrando as carreiras de Estado, nas seis gerações prospeccionadas. Destes, 32 foram professores, 25 atuaram no sistema judiciário, 15 foram oficiais da Fazenda, 12 foram oficiais da Alfândega, 11 foram diplomatas, 11 atuaram no campo da saúde, 9 da segurança pública e outros 38 atuaram em diversas outras áreas.

Juntamente com a estratégia relacionada ao serviço de Estado, desenvolve-se, gradualmente, o padrão de reprodução social, que surge com a geração dois, e que é o da carreira profissional liberal, associada ao estatuto do grau universitário, que confere, além do direito de exercer uma profissão, também um imenso prestígio social que, nas gerações 3 e 4, quase invariavelmente se volta para a carreira política. Na geração dois, é o caso do dr. Antônio da Gama Lobo d'Anvers, formado nas ciências matemáticas por Coimbra. Na geração 3 é o caso do dr. José da Gama Malcher,

formado em medicina pela Bahia, do dr. Manuel da Gama Lobo, formado em medicina por Coimbra e do dr. José Coelho da Gama e Abreu, formado em direito por Coimbra, mas é também o caso de diversos cônjuges: José Thomaz Nabuco de Araújo, Samuel MacDowell, Bernardo de Souza Franco e Ambrósio Leitão da Cunha, todos eles formados nas ciências jurídicas, o primeiro por Coimbra e os demais pela faculdade de Pernambuco. Ter-se-á, nas seis gerações, um universo de 98 advogados – 29 dos quais atuaram como juízes, desembargadores e ministros de tribunais superiores –, 40 médicos e 36 engenheiros, 5 músicos, 5 farmacêuticos, 3 dentistas e 13 outros profissionais diplomados em cursos superiores diversos (sínteses do Banco de Dados da pesquisa). A eles, podemos somar diversos indivíduos que desempenharam profissões liberais que não demandavam formações universitárias – embora independentes de uma formação, dentre os quais comerciários, esportistas, jornalistas, religiosos e artistas visuais.

Cabe observar que, na terceira e quarta gerações o título universitário de médico ou advogado tendeu a levar o indivíduo a uma carreira política. Isso ocorreu com todos os indivíduos referidos logo acima, com exceção do primeiro deles, o dr. Antônio da Gama Lobo d'Anvers, o único indivíduo da geração dois a possuir um diploma. Naquelas gerações eles foram 12, havendo indivíduos nessas mesmas gerações, bem entendido, que desenvolveram atividades políticas sem serem diplomados.

Em relação à atividade política, por sinal, é preciso indagar sobre sua função no sistema de parentesco estudado. Não se trata, evidentemente, de uma atividade produtiva em si mesma, mas de um mecanismo, uma engrenagem importante para lubrificar e colocar em movimento os sistemas produtivos nos quais o grupo de parentesco se inseria. E isso em todos os planos da influência política, desde os postos de vereador e prefeito, estratégicos para os ramos centrados no interior do Pará, como os Gama Bentes e Gama da Silveira, que tinham seus interesses econômicos gravitando em torno de questões produtivas iminentemente locais, até os ramos centrados em Belém, como os Castro da Gama, Gama e Abreu e Gama Malcher, que ocupavam a esfera pública provincial e os ramos – efetivamente os sub-ramos – que faziam uso da máquina federal e que tinham interesses econômicos gravitando em torno da Capital Federal, como os Nabuco de Araújo, Leitão da Cunha, Souza Franco, Mac-Dowell. Não que não houvesse comunicação entre as esferas local, provincial e federal – bem ao contrário, já que todas eram interdependentes dentro de um mesmo sistema político, mas cabe ver que a atividade política possuía uma consequencialidade

pragmática: desde a regulação de contenciosos até a nomeação para empregos públicos – numa época em que prevaleciam as indicações – e o estabelecimento de contratos e acordos.

Contabilizamos 58 indivíduos do grupo de parentesco ocupando postos políticos, entre as gerações dois e seis, sendo 2 indivíduos na geração dois; 10 na geração três; 18 na geração quatro; 16 na geração cinco e 12 na geração seis (sínteses do Banco de Dados da pesquisa). Alguns deles perfizeram uma, por assim dizer, carreira política, ocupando sucessivos postos nos diversos escalonamentos existentes. Outros, concentraram-se no plano local (vereança, prefeitura), alguns no plano provincial/estadual (deputação, senatoria estadual e governo provincial/estadual) e mesmo somente no plano federal (deputação, senatoria, posto ministerial).

Desse total, contabilizadas todas as gerações pesquisadas, 19 indivíduos exerceram a vereança; 7 foram prefeitos – 5 em municípios do Pará, 1 em município do Rio de Janeiro e 1 em município de São Paulo; 18 foram deputados ou senadores estaduais/provinciais, todos no Pará; 13 foram deputados federais/gerais, todos pelo Pará; 9 foram senadores, sendo 8 pelo Pará e 1 pelo Amazonas; 2 ocuparam o posto de vice-presidente da província do Pará e 12 ocuparam cargos de presidente da província, governador do estado ou interventor federal no estado, 5 dos quais o foram do Pará (Bernardo de Souza Franco, José Coelho da Gama e Abreu, Antonino Emiliano de Souza Castro Filho, Dyonísio Áusier Bentes e José Carneiro da Gama Malcher) (sínteses do Banco de Dados da pesquisa).

Por fim, a respeito do espectro político da articulação social do grupo de parentesco, há que se considerar a filiação partidária e as escolhas sociais presentes nesse percurso. Partindo da percepção de que a primeira geração produziu sua posição social a partir e no contexto da política pombalina para o Grão-Pará, tem-se que esse influxo produziu constantes que irão perfazer a trajetória social da família. Dentre elas, percebe-se disposições duradouras, em termos de escolhas políticas, em relação a alguns elementos/questões: um ideário mercantil-liberal-constitucionalista; a defesa dos interesses do Grão-Pará face à transferência da Corte para o Rio de Janeiro – efetivamente um vínculo político com a institucionalidade e à perspectiva econômica do Estado do Grão-Pará e Maranhão, em distinção – ou mesmo conflito – à do Estado do Brasil; certa descrença, ou suspeita, em relação ao modelo da monarquia e seu sistema político; a aproximação ao ideário republicano-abolicionista; a perspectiva do laurismo, com tudo o que ele representava em termos de combate à economia de monocultura da borracha e de esboço

de política desenvolvimentista para a Amazônia. Todas essas questões podem ser desenvolvidas, cabendo apenas, neste momento, assinalar a sua importância no jogo político do grupo de parentesco.

Em termos de filiação partidária, observa-se um largo predomínio do Partido Liberal (ao menos 70% das gerações 2 a 4 foram próximas a esse partido, contra 30% próximos ao Partido Conservador (sínteses do Banco de Dados da pesquisa), e, mais tarde, um predomínio em torno das escolhas políticas do laurismo – primeiramente a proximidade ao Partido Republicano Paraense, em seguida, ao Partido Republicano Federal e, por fim, ao Partido Republicano. Essa relação do grupo de parentesco com o laurismo merece ser investigada com mais profundidade, mas percebemos que ela é fruto, justamente, das trajetórias percorridas pelo grupo, no que o laurismo representava, para o ideário das elites paraenses, enquanto feixe de políticas de defesa dos interesses econômicos paraenses. Chama atenção o fato de que dois governadores do Pará, lauristas e membros da família, vieram, justamente de ramos aderentes, antes, ao Partido Conservador: Dyonisio Áusier Bentes e Antonino Emiliano de Souza Castro Filho. E, além disso, é importante considerar que uma imensa parte da família transferiu residência para o Rio de Janeiro com a Revolução de 1930, por entrar em conflito com o interventor federal no Pará, Joaquim de Magalhães Cardoso Barata, justamente em função de sua estratégia política de ocupação do Partido Liberal e de expurgo do laurismo.

5 CONCLUSÃO

A noção de trajetórias sociais, ou econômico-sociais, permite uma compreensão processual das escolhas feitas pelos indivíduos, em sua coletividade familiar, ao longo da história. Em síntese, permite perceber as estratégias de deslocamento do capital entre os diferentes setores produtivos, ora protegendo-o, ora arriscando-o, conforme o contexto histórico vivenciado e o espectro ideológico consequente.

Nesse sentido, as trajetórias sociais do grupo de parentesco Gama Lobo, com sua parentela extensa e suas redes de relações familiares, matrimoniais, profissionais, políticas, sociais, podem ser pensadas como uma engrenagem adaptada aos modos de exploração econômica dos recursos amazônicos, aí incluídas mão-de-obra, recursos naturais e capital produtivo, tanto privado como estatal. É nesse sentido que o grupo de parentesco, transforma-se em rede (Stone, 1971; Bulst, 2005; Charle, 2006; Olegário, 2017), ou seja, um

conjunto de sociações (Simmel, 1983, 2006) que, com vistas à reprodução social, intensifica seus encadeamentos.

Transcender a noção de família é importante para compreender esse processo, porque não se trata das estratégias de uma família, mas de um corpo social formado por contiguidades, por sociações. Igualmente, transcender a noção de elite faz-se importante, porque o termo, seja em seu referencial clássico (Michels, 1982; Mosca, 1992; Pareto, 1996; Wright Mills, 1981; Dahl, 1989), seja nas suas evoluções contemporâneas (Miliband, 1972; Sweezy, 1972; Bottomore, 1974; Poulantzas, 1986; Bobbio, 1986; Therborn, 1989), também idealiza, tal como a noção de família, a uma condição relativamente fechada do processo social. Evidentemente, inclusive no imaginário e na produção identitária que o grupo de parentesco Gama Lobo faz de si mesmo os termos família e elite fazem sentido, mas não são suficientes, a nosso ver, para explicitar a reprodução social de classe que está em jogo.

Assim, a rede de sociações Gama Lobo conforma padrões que se alternam, ao longo do tempo e das territorialidades amazônicas, mas que se completam enquanto mecanismo de reprodução social – não de família ou de elites, simplesmente – mas de classe, dentro da qual as noções de família e de elite são correntes para justificar as próprias lógicas de sociação.

Tendo em vistas essa dinâmica geral, podemos sintetizar nossas conclusões, a respeito dos padrões de reprodução social observados neste artigo, da seguinte forma:

1. Primeiramente, cabe considerar que a trajetória inicial (posto militar em direção à propriedade fundiária) só tem permanência temporal quando essa propriedade é dedicada à pecuária. Quando se volta para o extrativismo de larga escala, ela tende a se desagregar, provavelmente em função de dois elementos históricos maiores da sociedade amazônica: a Cabanagem (1835-40) e, posteriormente, os padrões extrativistas monopolistas associados à borracha.

2. A carreira militar se conforma como uma tradição em algumas linhas do grupo de parentesco: quatro gerações de oficiais do Exército num dos sub-ramos dos Gama Bentes, três gerações de oficiais do Exército num sub-ramo dos Castro da Gama, cinco gerações de oficiais da Armada num dos sub-ramos dos Gama e Silva. E há uma transposição posterior, do capital social/simbólico referente ao pertencimento à oficialidade convencional, em direção ao pertencimento à Guarda Nacional.

3. A participação na Guarda Nacional, a partir de 1831, se associa com o capital fundiário da atividade pecuária. Como se sabe – (Castro, 1977;

Costa, 1985; Fertig, 2005; Saldanha, 2015) – trata-se de um mecanismo que visa a associar o capital fundiário à instituição do Império por meio da oferta de prestígio e poder político – sabendo-se que a Guarda Nacional era a instituição encarregada do cadastramento eleitoral – contra a fidelidade ao projeto de um Brasil coeso e centralizado. A participação nessa instituição não deve ser confundida com a participação nos corpos efetivos das Forças Armadas nacionais.

4. A atividade pecuária gera permanência no tempo, mas, no caso em tela, não o extrativismo. Enquanto se encontram linhas de seis gerações de pecuaristas nos ramos Gama da Silveira, Gama Malcher e Gama Bentes, sempre em várias linhas, a atividade extrativista não passa de três gerações em dois sub-ramos dos Castro da Gama, cedendo lugar a atividades comerciais, profissões liberais e carreiras de Estado.

5. O capital extrativista relacionado ao cacau e a outras culturas não se associou, no grupo de parentesco estudado, ao capital investido na cultura da borracha – tal como ocorreu em outros grupos das elites paraenses.

6. O capital acumulado, tanto pela pecuária, como pelo extrativismo, como pelo comércio, tende a caminhar em direção ao rentismo. Há investimentos importantes na formação de profissionais liberais e nas carreiras de Estado, mas os indivíduos que desenvolvem essas atividades tendem a converter o patrimônio familiar em fontes de renda, fundamentais para a sua posição social – que não consegue se assegurar apenas com os rendimentos profissionais.

7. O referido rentismo tende a se configurar por meio de um padrão de acumulação imobiliária. Não encontramos, senão nos sub-ramos Castro Martins e Leitão da Cunha um padrão de rentismo centrado no mercado financeiro.

8. Num momento inicial da formação nacional brasileira, a atividade política tende a se fundamentar no capital fundiário associado à pecuária (gerações 3 e 4).

9. O capital comercial do grupo de parentesco tem uma estrutura complexa e diversa, produzida em função das especificidades socioterritoriais amazônicas. Há concorrência e mesmo conflito entre esses diferentes padrões de comércio.

10. Há quatro carreiras de Estado de prestígio, no grupo: professores, oficiais da Alfândega, oficiais da Fazenda e diplomatas. Apesar desse prestígio, de natureza simbólica, observa-se a estratégia, nos indivíduos que perfazem essas carreiras, de constituir um patrimônio rentista.

11. As linhas do grupo de parentesco que, por força da política, se deslocaram e se estabeleceram no Distrito Federal tenderam a perder seu capital político, associado historicamente ao Pará, não produzindo continuidades que vemos em famílias de elite de outras regiões do Brasil. Deve pesar, para isso, a distância entre o Pará e a Corte/Distrito Federal.

12. A atividade política produz um capital social que insere as gerações seguintes nas carreiras de Estado (essa inserção não tem a mesma proporção nos subgrupos de parentesco associados à pecuária, extrativismo e comércio).

13. As carreiras políticas constituem um instrumento de promoção social estratégico para o grupo de parentesco, e isso em todos os níveis de articulação de Estado, do local ao nacional. Essa promoção social se manifesta por meio do estabelecimento de contratos, nomeações para cargos públicos, resolução de contenciosos e controle de listas eleitorais.

Dos dados aqui arrolados, tendo em mente o grupo de parentesco e seu padrão como conjunto social de elite – e sabendo que há outros padrões de elite na Amazônia – pode-se formular questões a respeito da ausência de condições produtivas para o investimento fabril-industrial, a respeito do vínculo ideológico com o Partido Liberal e com o laurismo, bem como sobre as relações entre ambos; a respeito das relações de classe estabelecidas com outros conjuntos sociais amazônicos; a respeito do relativo distanciamento do grupo em relação à economia da borracha; a respeito da diversidade de formas sociais do capital comercial, etc. Questões essas que esperamos desenvolver no tempo hábil.

Por fim, observamos que este artigo traz algumas contribuições originais para o debate sobre o parentesco de elite brasileiro. Primeiramente, é uma contribuição sobre um grupo familiar que tem sua base histórica na Amazônia, mais especificamente no estado do Pará, constituindo uma reflexão que contribui com um debate em curso, antes referido, acrescentando a ele uma quantidade de dados mais ampla e uma perspectiva analítica centrada na percepção da extensão social e espacial das elites nessa província/estado. Do ponto de vista da historiografia regional, acreditamos contribuir, sobretudo, com um debate sobre a fundamentação das estratégias familiares e sociais nos diversos ambientes produtivos amazônicos.

Em segundo lugar, a discussão sobre o conceito de elite a partir de operadores tempo-espaciais permite entrever dinâmicas que contestam certa tendência da sociologia do parentesco brasileira em pensar a questão familiar de maneira fechada, em formatos rígidos – por exemplo, “família

patriarcal” – ou mesmo por meio de certo fatalismo – por exemplo, “decadência do patriarcado”. Essas percepções impedem de compreender a amplitude dos mecanismos de poder e sua capacidade adaptativa no processo social. Trata-se, com efeito, de reproduzir a dominação de classe, independentemente da forma social tomada por essa dominação ou pelo padrão de capital a ela vinculado.

Compreendemos que as formas sociais tomadas pelas sociações de parentesco na história da Amazônia possuem especificidades que exigem a superação do ímpeto generalista adotado pela historiografia brasileira e que o grupo Gama Lobo se conforma como um, dentre diversos padrões das elites locais.

Quando o cadete do Regimento de Serpa, Portugal, João da Gama Lobo, foi promovido a alferes e designado a servir num dos regimentos de infantaria do Estado do Grão-Pará e Maranhão, naquele distante ano de 1772, talvez não pudesse imaginar a extensão da rede de sociações que ajudaria a estabelecer, mas certamente se inseria num projeto de poder que, justamente por meio da sua capacidade e disponibilidade associativas, produziu trajetórias que se adaptaram e se autorreproduziram continuamente até nossos dias.

REFERÊNCIAS

AHUa. Catálogo de documentos manuscritos avulsos referentes à capitania do Grão-Pará: *documentos* AHU_CU_013, Cx. 83. **Arquivo Ultramarino de Lisboa**, Lisboa, 2022. Disponível em: <http://actd.iict.pt/eserv/actd:CUc013/CU-Para.pdf>. Acesso em: 11 abr. 2022.

ANTTa. Diligência de Habilitação para a Ordem de Cristo de Nicolau da Gama Lobo. In: Mesa da Consciência e Ordens, Habilitações para a Ordem de Cristo, Letra N, mç. 3, n.º 4. (PT/TT/MCO/A-C/002-012/0003/00004). **Arquivo Nacional da Torre do Tombo**, Lisboa, 2008. Disponível em: <https://digitarq.arquivos.pt/details?id=7649828>. Acesso em: 03 maio 2022.

BOBBIO, N. Teoria das elites. In: BOBBIO, N.; MATTEUCCI, N.; PASQUINO, G. (org.). **Dicionário de Política**. Brasília, DF: UnB, 1986. p. 385-391.

BOTTOMORE, T. B. **As elites e a sociedade**. São Paulo: Zahar, 1974.

BULST, N. Sobre o Objeto e o método da prosopografia. **Politeia: história e sociedade, Vitória da Conquista**, v. 5, n. 1, p. 47-67, 2005.

- CANCELA, C. **Casamento e relações familiares na economia da borracha (Belém, 1870-1920)**. 2006. Tese (Doutorado em História Econômica) – Programa de Pós-Graduação em História Econômica, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.
- CASTRO, J. **A milícia cidadã: a Guarda Nacional, de 1831 a 1850**. Rio de Janeiro: Companhia Editora Nacional/Instituto Nacional do Livro, 1977.
- CHARLE, C. A prosopografia ou biografia coletiva: Balanço e perspectivas. *In: HEINZ, F. (org.). Por outra história das elites: ensaios de prosopografia e política*. Rio de Janeiro: FGV, 2006. p. 41-53.
- COSTA, E. V. **Da monarquia à república**. 3.ed. São Paulo: Brasiliense, 1985.
- COSTA, F. A. **A brief economic history on the Amazon (1720-1970)**. Cambridge: Cambridge University Press, 2018.
- DAHL, R. **Who Governs?** New Haven: Yale University Press, 1989.
- DOMHOFF, W. An invitation to a four-network theory of power: A New Viewpoint Compatible with Elite Theory. **Historical Social Research**, [s. l.], Vol. 37 No. 1, p. 23-37, 2012.
- FERTIG, A. “Espoleta” de todos os partidos. A Guarda Nacional nas eleições do Império (1850-1873). **Ciências e Letras: revista da faculdade porto-alegrense de educação, Porto Alegre**, v. 37, n. 1, p. 89-105, 2005. Disponível em: <http://www4.fapa.com.br/cienciaseletras/pdf/revista37/cap05.pdf>. Acesso em: 29 jun. 2022.
- MICHELS, R. **Sociologia dos partidos políticos**. Brasília, DD: UnB, 1982.
- MILIBAND, R. **O Estado na sociedade capitalista**. São Paulo: Zahar, 1972.
- MOSCA, G. **La clase política**. México: Fondo de Cultura Económica, 1992.
- NUNES PEREIRA, M. **A Ilha de Marajó: estudo econômico e social**. Rio de Janeiro: Ministério da Agricultura, 1956.
- OLEGÁRIO, T. Aportes e limites da prosopografia para o estudo da história. **Outras Fronteiras, Cuiabá**, v. 4, n. 2, p. 24-40, 2017.
- PARETO, V. **Manual de Economia Política**. São Paulo: Nova Cultural, 1996.
- PISELLI, F. A *network analysis* nos estudos sobre a família: teorias e aplicações. **Contrapontos, Itajaí**, v. 3, n. 2, p. 459-481, 2003.

- POULANTZAS, N. **Poder político e classes sociais**. São Paulo: Martins Fontes, 1986.
- REIS, A. C. F. **O seringal e o seringueiro**: documentário da vida rural. Rio de Janeiro: Ministério da Agricultura: Serviço de Informação Agrícola, 1953.
- SALDANHA, F. Exército e Guarda Nacional: Recrutamento militar e a construção do Estado no Brasil imperial. **Revista das Ciências Militares**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 36, p. 673-683, 2015.
- SANTOS, R. **História econômica da Amazônia (1800-1920)**. Belém: T. A. Queiroz, 1980.
- SCHUTZ, A. **The Phenomenology of the social world**. Chicago: Northwestern University Press, 1967.
- SCHUTZ, A. **Reflections on the problem of relevance**. Yale: Yale University Press, 1970.
- SIMMEL, G. Sociabilidade: um exemplo de sociologia pura ou formal. In: MORAIS FILHO, E. (org.). **Georg Simmel: Sociologia**. São Paulo: Ática, 1983. p. 165-181.
- SIMMEL, G. **Questões fundamentais da sociologia**. São Paulo: Zahar, 2006.
- STONE, L. Prosopography. **Dædalus**, [s. l.], Vol. 100, No. 1, p. 46-79, 1971.
- SWEEZY, P. Elite do poder ou classe dominante? In: SWEEZY, P. **Ensaios sobre o capitalismo e o socialismo**. São Paulo: Zahar, 1972. p. 199-215.
- THERBORN, G. **¿Como domina la classe dominante?** Mexico: Siglo XXI, 1989.
- WELLMAN, B.; WETHERELL, C. Social network analysis of historical communities: Some questions from the present for the past. **The History of The Family**, [s. l.], Vol. 1, No. 1, p. 97-121, 1996. Disponível em: [http://dx.doi.org/10.1016/S1081-602X\(96\)90022-6](http://dx.doi.org/10.1016/S1081-602X(96)90022-6). Acesso em: 10 set. 2022.
- WOELFEL, J.; MURERO, M. Spaces and networks: Concepts for social stratification. **Research in Social Stratification and Mobility**, [s. l.], Vol. 22, No. 2, p. 57-71, 2005.
- WRIGHT MILLS, C. **A elite do poder**. 4. ed. São Paulo: Zahar, 1981.